





OS RELATOS TESTEMUNHAIS NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA: definições e funções *THE TESTIMONY IN EUROPE AND LATIN AMERICA: definitions and functions*

Lizandro Carlos CALEGARI¹  
Vanderléia de Andrade HAISKI²  

RESUMO: A protocena do testemunho já pode ser encontrada na Grécia antiga, porém esse gênero cresceu em importância na modernidade, a partir do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, devido ao acúmulo de catástrofes verificado nesse período. Com os trabalhos de Jean Norton Cru, logo após a guerra de 1914-1918, o testemunho ganhou vulto, devido ao fato de o autor conceber o evento destituído de grandiosidade ou grandiloquência, e ao fato de os soldados serem marcados pela fragilidade, pela dor e pelo trauma. Cru concebia o testemunho dentro de chaves históricas de compreensão. Com o nazifascismo, o comunismo alemão, as ditaduras socialistas e hispano-americanas, o testemunho começou a ser percebido na sua intersecção com a ficção. Diante de tanta barbárie e horror, a ficção foi convocada a dar suporte e a ajudar a dizer o indizível. Em virtude da singularidade dos eventos, surgiram duas grandes tendências da literatura de testemunho: a Shoah e o testimonio. O objetivo desta comunicação é recuperar particularidades temáticas e formais dos testemunhos ao longo da história, dando ênfase a Shoah e ao testimonio, destacando seus pontos de contato e diferenças, bem como apresentando obras que se inserem dentro dessas vertentes. Para a fundamentação da proposta, buscou-se respaldo em autores como Beatriz Sarlo, Dori Laub, Jean Norton Cru, Márcio Seligmann-Silva, Shoshana Felman e Valéria de Marco.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunho. Shoah. Testimonio.

ABSTRACT: *The protocene of testimony could already be found in ancient Greece, but this genre has become more and more important in modern times, during the XXth century, soon after the First World War, due to the accumulation of catastrophes verified in that period. With Jean Norton Cru's works, shortly after the 1914-1918 war, the testimony gained relevance, due to the fact that the author conceived the event devoid of grandeur or grandiloquence, and due to the fact that the soldiers were marked by fragility, pain, and trauma. Cru conceived the testimony within a historical perspective. With the Nazifascism, the German communism, the socialist and the Hispanic-American dictatorships, the testimony began to be studied in its intersection with fiction. Because of so much barbarism and horror, fiction has been called upon to help to say what was considered unspeakable. Due to the singularities of the events, two major trends of testimony emerged: the Shoah and the testimonio. This presentation aims at recovering some thematic and formal particularities of testimony throughout history, emphasizing the Shoah and the testimonio, highlighting their similarities and differences, as well as presenting works which fit within these tendencies. Beatriz Sarlo, Dori Laub, Jean Norton Cru, Márcio Seligmann-Silva, Shoshana Felman, and Valéria de Marco are some of the authors who underscore the present approach.*

KEYWORDS: Testimony. Shoah. Testimonio.

¹ Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [lizandro.calegari@yahoo.com.br](mailto:lizandro calegari@yahoo.com.br)

² Mestre em Literatura Comparada, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Doutoranda em Estudos Literários, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: vanderleideandrade@hotmail.com

Os estudos acerca do testemunho têm despertado a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Assim, o assunto tem sido tema de interesse de teólogos, juristas, psicólogos, etnólogos, historiadores, filósofos, críticos das artes e da literatura. Ademais, embora esse objeto tenha crescido em importância a partir do século XX – mais especificamente, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) –, a proto cena do testemunho já pode ser encontrada na Grécia antiga, em situações particulares representadas em algumas tragédias e nas relações dessas com a cena jurídica. Em circunstâncias que envolviam, mais notadamente, assassinatos, os personagens das tragédias costumavam apresentar testemunhas (*marturia*) ou provas (*tekmêria*) do crime, as quais auxiliavam nos seus argumentos retóricos, como se fossem partes ou rastros dos eventos. Havia, ainda, nesse contexto, os juízes e o depoimento em si (*marturêson*). Dessa cena trágica pode-se, pois, derivar um modelo do testemunho como prova e evidência, algo que servirá para se pensarem as noções modernas do termo.

Tais noções, que arquitetam a proto cena do testemunho, implicam, por sua natureza, a necessidade de convencer alguém de algo nos tribunais. Esse convencimento, a rigor, passa necessariamente pela linguagem e conseqüentemente pela criação da “verdade” dos fatos. É a poética da persuasão em movimento, em que a testemunha (*Zeugnis* = aquele que atesta algo) que surge no tribunal pode não só citar a história em que está envolvida, mas recriá-la e até mesmo destruí-la, dando início a um processo sem fim de escritura. Essa testemunha seria aquela que se atém às regras da “evidência”, da “lei do olho”, e crê numa “presença originária” total atestável (sendo que *testis*, testemunho, está presente nessa última palavra) (SELIGMANN-SILVA, 2005b, p. 79). Em latim, *testis* significa tanto testemunho como testículo, ou seja, no contexto das tragédias gregas, o testemunho está tradicionalmente ligado ao masculino, que, por ser considerado hierarquicamente superior ao feminino, representa a verdade e a certeza, enfim, o caminho do convencimento.

Partindo do linguista francês Émile Benveniste, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-europeias, Márcio Seligmann-Silva (2005b, p. 80-81) alarga a noção de testemunho, alegando que o conceito implica tanto uma proximidade, uma primeiridade, quanto uma capacidade de julgar. Desde a Antiguidade, testemunha e testemunho vinculam-se à visão. O linguista aponta que, no sânscrito, *vettar* tem o mesmo sentido de testemunha (*têmoïn*) e significa “o que vê”. Portanto, entre aquele que ouviu e aquele que viu, deve-se optar por esse último. Se,

nesse contexto, para Benveniste, há o *testis*, isto é, o terceiro, ou seja, aquela instância que decide num julgamento entre duas partes, há também o *superstes*, ou seja, aquele que sobreviveu a uma desgraça ou, ainda, que passou por um acontecimento qualquer e subsistiu “muito mais além” desse acontecimento. Nesse sentido, *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*testis*) a um caso em que dois acusados estão envolvidos; por sua vez, *superstes* descreve a “testemunha”, seja como aquela que subsiste além ou aquela a quem se designa sobrevivente. A propósito dessas definições, Seligmann-Silva (2005b, p. 81) complementa:

O modelo do testemunho como *testis* é visual e corresponde ao modelo do saber representacionista do *positivismo*, com sua concepção instrumental da linguagem e que crê na possibilidade de se transitar entre o tempo da cena histórica (ou a “cena do crime”) e o tempo em que se escreve a história (ou se desenrola o tribunal). [...] Ao nos voltarmos para o paradigma do *superstes*, os valores são outros. Aqui pressupõe-se uma *incomensurabilidade* entre as palavras e essas experiência da morte; como veremos, um *topos* na bibliografia sobre o testemunho no século XX. Nessa cena do testemunho como *superstes*, o presente do ato testemunhal ganha a precedência.

Apesar de traçar essas diferenças, o crítico pondera que, ao se valorizar o paradigma do *superstes*, não se deve negar a possibilidade do testemunho como *testis*, pois, como o autor defende, os caminhos da memória e do esquecimento do mal sofrido passam também pela construção da história e pelos julgamentos propriamente jurídicos. Assim como não se pode separar historiografia de memória, não se podem afastar os dois sentidos de testemunho – *testis* e *superstes*. Deve-se aceitar o testemunho com o seu sentido aporético de exemplaridade possível e impossível, de singularidade que nega o universal da linguagem e remete as pessoas “diante da lei”. Para Seligmann-Silva (2005b, p. 81), deve-se “entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar”. Assim, embora as definições se relacionem de modo conflitivo, elas se complementam em certos aspectos.

Construindo-se uma ponte entre a Antiguidade e a Modernidade, convém citar o pensamento de Elie Wiesel. Escritor judeu e sobrevivente dos campos de concentração nazistas, Wiesel (1977, p. 9), ao teorizar sobre os relatos de experiência de vítimas de guerra, afirmou que, se os gregos inventaram a tragédia; os romanos, a epístola; a Renascença, o soneto; então, a geração do século XX criou uma literatura, “aquela do testemunho”. Embora a noção de testemunho tenha sido esboçada antes, como se procurou argumentar, ela responde mais satisfatoriamente ao século XX, devido ao acúmulo de violência presenciado a partir desse período, o qual, segundo alguns críticos, foi considerado o mais crítico da história da humanidade, algo que levou Eric Hobsbawm (1995) a chamá-lo de a “era dos extremos”. De fato, a Primeira e a

Segunda Guerras Mundiais, o nazifascismo, o comunismo alemão, as ditaduras socialistas e hispano-americanas moldaram as políticas contemporâneas e problematizaram as relações entre indivíduo e sociedade, dando mais vigor e vulto ao testemunho.

As concepções modernas acerca do vocábulo não abandonam as compreensões antecedentes, mas ganham novos contornos a partir dos trabalhos de Jean Norton Cru. Filho de uma mãe inglesa e de um pai pastor de origem camponesa, Cru nasceu na França em 1879. Na Primeira Guerra Mundial, ele retornou dos Estados Unidos, onde trabalhava como professor, para lutar no exército francês, na guerra de trincheiras, durante mais de dois anos. Foi nessa ocasião que começou a se interessar por bilhetes, cartas, correspondências, anotações e diários de soldados, atentando para a dificuldade e a necessidade de escrever desses combatentes. Após quase quinze anos de pesquisas, em 1929, ele publica a sua obra monumental *Témoins* (Testemunhos), com mais de 700 páginas. Nas 70 primeiras páginas, Cru escreve a introdução e expõe o seu método de pesquisa. Nas 600 páginas seguintes, o autor vai fazer referência a cerca de 300 obras já editadas sobre a guerra francesa. Esses textos estão divididos em cinco categorias: jornais, memórias, reflexões, cartas e romances. Nas últimas páginas, vêm os anexos, em que consta um quadro com a denominação dos textos citados e seus respectivos autores.

Para Cru, só quem viveu a guerra, quem esteve nas trincheiras em situação de combate e na iminência da morte, sabe realmente o que ela foi e significou. Se, até aquela ocasião, a guerra era concebida como um acontecimento com atos heroicos de seus participantes, a análise feita pelo autor demonstrou que ela não tem nada de grandioso ou grandiloquente. Ou seja, em vez da tradicional representação da guerra em grandes planos de batalhas, o autor privilegiou soldados na sua solidão, na sua agonia e na sua dor. Para ele, a guerra não é apenas o visual, mas também o corpóreo. Para Cru, o testemunho não resguarda nada de ficcional, ao contrário, trata-se, do seu ponto de vista, de um documento antes de tudo exato. Ademais, ele defende a capacidade de os soldados relatarem suas experiências, porque haveria muitos participantes envolvidos no acontecimento, o que permitiria inclusive a captação e a narração da guerra com fidelidade, por se tratar também de um evento monótono e repetitivo. Embora seu paradigma seja positivista, a sua contribuição se dá no sentido de desmontar a grande tradição da história militar nacionalista e épica (SELIGMANN-SILVA, 2005b, p. 82-85).

De acordo com Jean-Marie Guillon (2014), *Témoins* passou a ser uma obra pioneira, por atribuir aos testemunhos o estatuto de documentos históricos cujos registros se faziam contra a história oficial. Tornou-se, assim, uma referência que revolucionou os estudos sobre a

historiografia da Primeira Grande Guerra, tanto pelo fato de considerar o ponto de vista – a voz – dos que estavam de fato envolvidos nas lutas sangrentas, quanto por levar em conta os depoimentos orais dos combatentes entrincheirados. Esses fatores começavam a fazer a guerra ser vista de uma outra perspectiva, de uma perspectiva não distorcida nem tomada de traços épicos, como o faziam algumas obras literárias ou determinadas propagandas. Sobre a Primeira Guerra, a propósito, Cru, em carta datada de 9 de janeiro de 1915, escreveu: “Nunca uma guerra foi tão selvagem, tão bárbara, tão desumana quanto a de agora”³.

Convém dizer que Jean Norton Cru não foi movido por nenhuma ideologia política; aliás, a política não tinha nenhum lugar nos seus projetos. Ele recusava toda a ideologia irracionalista que pudesse conduzi-lo ao fanatismo, ao radicalismo, e rejeitava, também, o nacionalismo, principalmente aquele oriundo da guerra. Interessava a ele a psicologia dos indivíduos, a reação e o comportamento de seus companheiros de batalha, pois, para ele, era aí que se situava a verdade da guerra. Como protestante liberal, considerava-se um homem do Iluminismo, e seu engajamento era, acima de tudo, ético. Sua missão era desmascarar os “falsos profetas” e mostrar aquilo que julgava ser a verdade sobre a guerra. Cru, partindo da perspectiva do “bom selvagem”, de Rousseau, acreditava que a guerra não constituía o estado normal dos homens, mas era um efeito da intoxicação deles por mentiras, pela “tradição”, pela má educação e pelos maus governantes. Testemunhar, para Cru, era, então, revelar a verdadeira guerra, denunciar as mentiras que a mascaravam e que embelezavam a realidade bem como pôr em xeque aquela literatura que representava a guerra com traços épicos.

Apesar de sua importante contribuição, do ponto de vista da crítica literária e mesmo das análises dos testemunhos que se fazem atualmente, as abordagens de Cru são consideradas obsoletas. Isso ocorre porque seu método crítico tem se mostrado positivista demais, já que ele considera os testemunhos como relatos estritamente históricos, portadores “da” verdade sobre a guerra; ademais, para ele, as experiências traumáticas relatadas por seus companheiros se inseriam no âmbito do comensurável, do dizível, do representável, algo que é contestado hoje. Nesse sentido, ele se coloca contra a literatura, por entender que ela deforma a realidade. Na introdução de seu livro *Témoins* (2006, p. 50), a propósito, ele afirma: “Le roman de guerre par les littérateurs civils est un fléau de la vérité historique au même titre que les légendes que j'essaie de discréditer”. Ou seja, os romances de guerra seriam uma espécie de flagelo da verdade histórica na mesma

³ Tradução nossa do original: “Jamais la guerre n'a été plus sauvage, plus barbare, plus inhumaine qu'aujourd'hui”.

medida em que seriam as lendas em que ele procura desacreditar.

O fato é que os testemunhos ganharam relevância e passaram a ser estudados com ainda mais seriedade a partir dos anos 1970, mas considerando-se uma perspectiva diferente daquela esboçada por Cru. Atualmente, o testemunho não é mais visto exclusivamente no domínio do histórico, mas no âmbito do cruzamento entre o histórico, o fictício e o descritivo. Ademais, se para Cru os relatos traumáticos dos soldados podiam ser inseridos na esfera do representável, agora, “o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação” (SELIGMANN-SILVA, 2005b, p. 85), ou seja, a questão da representação do “real” traumático é posta em xeque. Convém esclarecer, nesse ponto, que esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como era pensada ou pressuposta pelos romances realistas e naturalistas, mas deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, isto é, como um evento que resiste à representação.

A literatura de testemunho, conforme Seligmann-Silva, pode ser considerada uma das maiores contribuições do século XX para a história dos gêneros literários. Segundo o autor, ela se diferencia das duas grandes linhas que marcaram a produção literária até os dias atuais, pois “não visa nem a imitação (da natureza, da história, ou mesmo de ideias) nem a criação, ‘absoluta’ (como na doutrina romântica que levou à busca da ‘arte pela arte’)”. Essa literatura implica “a afirmação da necessidade de se *construir* um passado que está fadado a ficar em ruínas [...]. Indivíduo e mundo são construídos simultaneamente através dessa literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2005a, p. 110). Nesse sentido, ela conduz à reflexão sobre o possível vínculo entre literatura e realidade, pois quem testemunha, via de regra, faz uma narrativa caracterizada pelo “real” traumático. Nesse contexto, a realidade em si não é o elemento principal para o sobrevivente, mas a sua capacidade de percebê-la e de simbolizá-la. Logo, a pessoa que testemunha tem uma relação singular com a linguagem, pois rompe as barreiras dessa linguagem as quais tentavam encobrir o “indizível” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 48).

O testemunho, enquanto ato de relatar, apresenta algumas acepções, e essas permitem perceber os contornos das vertentes que abordam a relação entre literatura e história. Com isso, é possível pontuar a existência de duas grandes tendências: a *Shoah* e o *testimonio*. Ambas estão ligadas a fatos e/ou a eventos históricos marcantes: a primeira, ao massacre de judeus e de outros grupos minoritários nos campos de concentração; a segunda, à história de opressão nos países latino-americanos e aos regimes autoritários aí instaurados a partir da década de 1940. Abordar tais aspectos acarreta entender as peculiaridades formais e temáticas nas produções de cada

vertente, mesmo percebendo-se aspectos em comum entre elas. Tendo como critério o aspecto cronológico, partindo dos estudos mais antigos para os mais recentes, inicia-se a revisão bibliográfica pelos estudos sobre a *Shoah* e, em seguida, discute-se o *testimonio*.

Seligmann-Silva (2005a, p. 81) faz uma distinção entre os vocábulos *Zeugnis* (do alemão) e *testimonio* (do espanhol), pois, embora os dois sejam usados para se referir ao testemunho, é importante pensar nesses termos a partir de seus contextos. O primeiro situa-se no âmbito de eventos históricos específicos, no caso, a *Shoah* (Holocausto)⁴ e a Segunda Guerra Mundial, e, ao pensar nesse testemunho, estabelece-se uma relação com a psicanálise, para abordar questões do trauma e, também, da história e da teoria da memória. O segundo termo, *testimonio*, está igualmente relacionado a acontecimentos históricos, mas que dizem respeito à ditadura, à repressão às minorias étnicas, às mulheres e aos homossexuais, e à exploração econômica, em particular, no contexto latino-americano. Esse termo pensa o testemunho a partir da tradição religiosa da confissão e da apresentação de vidas “exemplares”, tradição da crônica e da reportagem.

Os estudos sobre a *Shoah* estão relacionados às ressonâncias do terror resultante da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente, ao extermínio de judeus nos campos de concentração nazistas. Tal vertente surge, segundo Valéria de Marco (2004), das reflexões de um grupo interdisciplinar, composto por historiadores, psicanalistas, dentre outros estudiosos, que buscavam compreender os horrores sem precedentes, empreendidos por homens (especificamente os nazistas) contra outros homens (os judeus), que eram julgados pelos primeiros como seres inferiores, o que justificou o tratamento violento e desumano nos campos de concentração, atos, até então, impensáveis. A autora (2004, p. 53) pontua, ainda, a existência de duas ramificações nos estudos do testemunho dentro da vertente da *Shoah*. A primeira, segundo ela, negaria a dimensão ficcional do testemunho e exaltaria seu teor de veracidade a tal ponto que negaria a possibilidade de abordagem desses relatos pelo viés estético, pois se privilegiaria a postura ética de um relato por excelência verídico. A segunda ramificação, por sua vez, seguiria na contramão da primeira e veria os relatos testemunhais sob o ponto de vista da abordagem estética, atentando para o modo como a narrativa é construída e, conseqüentemente, como as sensações são elaboradas em tais

⁴ Giorgio Agamben (2008, p. 37-40) explica que não se deve confundir Holocausto com *Shoah*. O primeiro termo é a transcrição do latino *holocaustum*, que vem do grego, *holókaustos*, que significa literalmente “todo queimado”. A história semântica do termo é essencialmente cristã, pois os padres da Igreja serviram-se dele para traduzirem a complexa doutrina sacrificial da Bíblia. Trata-se, portanto, de um sacrifício ritualístico, culminando numa ideia de “sacrifício supremo, no marco de uma entrega total a causas sagradas superiores” (p. 39). Por sua vez, *Shoah* ou *shoá* significa “devastação, catástrofe” (p. 40), e seu sentido não coincide com a ideia de um sacrifício ritualístico.

relatos.

Em ambos os modos de olhar para os textos, é possível notar o signo de uma experiência verídica, pois são produções que só podem surgir do relato de quem a vivenciou. Dessa forma, o relato da *Shoah* deve, obrigatoriamente, ser o relato de um sobrevivente, aquele que vivenciou o trauma e que, em sua narrativa, tenta transformar sua experiência em discurso. Como decorrência disso, de acordo com Seligmann-Silva (2005a, p. 85), ter-se-á uma narrativa marcada pela literalização e pela fragmentação. A primeira seria responsável pela tradução do vivido em palavras, e a segunda, marcada pela incapacidade de tradução dos nós da memória (trauma) em um discurso coerente e ordenado.

Ainda a propósito desses testemunhos, Giorgio Agamben (2008, p. 42-44) afirma que eles sempre trazem uma lacuna, uma vez que nunca são totais, completos, pois quem não viveu o horror nazista jamais saberá o que ele foi; quem o viveu é porque nunca conheceu o campo de concentração em sua plenitude, já que os que viveram essa plenitude conheceram as câmaras de gás, mas esses não voltaram para contar as suas histórias. Segundo o autor, as “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais”, por assim dizer, são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”. Os sobreviventes, como “pseudotestemunhas”, falam em seu lugar, por delegação; testemunham sobre um testemunho que falta. Com isso, o filósofo italiano pondera que a *Shoah* é um acontecimento sem testemunhas no duplo sentido: sobre ela é impossível testemunhar tanto a partir de dentro (pois não se pode testemunhar de dentro da morte) quanto a partir de fora (uma vez que o *outsider* é excluído do acontecimento por definição).

Apesar dessas barreiras, na Alemanha, a literatura de testemunho recebeu diferentes ênfases. Ela pode se integrar como parte da teoria da memória, com os estudos de Aleida Assmann, como uma reflexão sobre a teoria da representação no plano literário e artístico, com os trabalhos de Sigrid Weigel, e, também, no sentido de delinear uma história da noção de esquecimento, com as pesquisas de Harald Weinrich. Isso posto, observa-se que o que se concebe como literatura de testemunho da *Shoah* é flexível quanto à forma (abrangendo diferentes gêneros) e à ênfase (aceitando diferentes abordagens) (SELIGMANN-SILVA, 2005a, p. 86).

Dentre os autores que são estudados como constituintes do “cânone” testemunhal da *Shoah*, independentemente de serem testemunhas primárias ou secundárias, estão Primo Levi, Paul Celan, Jorge Semprun, Adam Czerniakow, Georges Perec, Charlotte Delbo, Maurice Blanchot, David Rousset, entre outros. A literatura decorrente da *Shoah* compreende diferentes gêneros tais

como romances, crônicas, contos e poemas. Destacam-se, também, os diversos relatos de testemunho escritos pelos sobreviventes da barbárie. Dentre as obras mundialmente conhecidas, podem-se citar *É isto um homem?* (1947), de Primo Levi, *O diário de Anne Frank* (1947), de Anne Frank, publicado postumamente, *A noite* (1958), de Elie Wiesel, *Eu sou o último judeu* (2009), de Chil Rajchman, e *Depois de Auschwitz* (2013), de Eva Schloss, só para citar algumas.

Não se deve ainda deixar de fora a literatura da *Shoah* produzida no Brasil. Trata-se de uma produção pequena, mas não por isso pouco importante. Pode-se definir essa literatura como um conjunto de relatos, redigidos no Brasil e em língua portuguesa, que tematiza a experiência de escritores judeus ou de origem judaica com a *Shoah* nazista. Existiriam, conforme Seligmann-Silva (2007, p. 125ss), duas tendências dentro dessa vertente. A primeira seria dos testemunhos primários. Nesse caso, os narradores teriam atravessado o horror nazista. Incluem-se dentro dessa perspectiva as seguintes obras: *...E o mundo silenciou* (1972), de Ben Abraham, *Pesadelos* (1976), de Konrad Charmatz, *Quero viver... memórias de um ex-morto* (1976), de Joseph Nichthausen, *Rumo à vida* (1979), de Olga Papadopol, *Os lobos* (1983), de Alexandre Storch, *Lembranças enevoadas* (1984), de Sonia Rosenblatt, e *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin. Já na segunda tendência, em que os narradores relatam a partir da experiência de outrem, têm-se os seguintes títulos e autores: *Contos do imigrante* (1956), de Samuel Rawet, *A guerra do Bom Fim* (1972), de Moacyr Scliar, *Hitler manda lembranças* (1984), de Roberto Drummond, *A vida secreta dos relógios e outras histórias* (1994), de Roney Cytrynowicz, *Breve fantasia* (1995), de Samuel Reibscheid, e *Nas águas do mesmo rio* (2005), de Giselda Leirner.

Regina Igel afirma que essa literatura de testemunho judaica tem como característica principal a combinação de estilos, ou seja, apresenta traços pedagógicos, juntamente com descrições de vivências – reais ou imaginadas – de um período violento. Nessa categorização, a exposição didática é combinada ao testemunho pessoal e à ficcionalidade e compreende grande parte das narrativas dos sobreviventes que relataram suas experiências da *Shoah*. Desse modo, a narrativa une memória e imaginação, sem gerar grandes conflitos acerca da fidelidade ao momento histórico e à criatividade ficcional. Devido ao distanciamento temporal do episódio, informações como eventos, datas, locais, conterrâneos, entre outras, aliam-se a reflexões e a percepções pessoais das lembranças, revelando “intenções ambíguas entre uma angústia de reter o passado e a necessidade de livrar-se dela através de uma catarse” (IGEL, 1997, p. 224).

A segunda vertente teórica do testemunho, o *testimonio*, surge no âmbito dos estudos

latino-americanos e, de modo semelhante à composição da *Shoah*, apresenta duas ramificações básicas. A primeira está ligada à (re)escrita da história dos excluídos, com o surgimento de narrativas que dão voz aos marginalizados socialmente, operando uma recuperação e uma escritura no âmbito social de quem foi renegado a um segundo plano. A outra vertente está ligada ao relato das vítimas dos regimes militares ditatoriais que assolaram a América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Essa concepção tem em sua gênese diferentes discursos (literário, documental e jornalístico) e apresenta um teor documental (de reverso da história), imprimindo, nessa literatura, um forte teor político.

Outro aspecto da história dos estudos do gênero testemunho na América Latina está ligado ao fato de ser um gênero institucionalizado, diferente do que ocorre com os estudos da *Shoah*, nos quais se problematizam as fronteiras entre o verídico e o ficcional, sendo que o narrador enfatiza, a todo o momento, a dimensão verídica, como um respaldo ao que é narrado. O *testimonio* latino-americano, no caso dos relatos dos excluídos, surge como um gênero oficialmente verídico, no ano de 1969, com a criação de uma categoria do Prêmio Casa das Américas, que será responsável não apenas por reconhecer a existência do novo gênero, mas também por iniciar seu processo de institucionalização e de formalização, que, com o passar do tempo, agregou e sistematizou diferentes ordenações textuais.

Valéria de Marco (2004, p. 47) pontua a existência de duas formas de ordenação dessas narrativas: o romance-testemunho (ficção construída com base em relatos) e o testemunho romanceado (composto por texto com relatos verídicos ordenados em prólogo, notas e o testemunho em si). Formalmente, o testemunho latino-americano recupera a composição da autobiografia, com a incorporação da dimensão histórica, marcada pela representação de uma memória relevante que ajuda a compor a história de um povo. Desse modo, a dimensão coletiva se sobrepõe à dimensão individual, pois a narrativa, embora carregada de um teor individual, importa enquanto voz de uma coletividade e/ou o registro de um fato.

Assim, o *testimonio* pode ser configurado como um gênero que se concebe formalmente a partir de características do gênero romance (ordenação do texto, matéria narrada e implicações da narrativa) e é motivado por um viés revolucionário. Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 118), tais narrativas possibilitam pensar 1) sobre o dito e o não-dito; 2) a respeito do que é calado nelas, pois, embora as reflexões em torno das quais gira o texto sejam de cunho individual, elas permitem a recuperação de um fato coletivo; e 3) a voz que está latente no texto, no caso, a do opressor, pois se trata de uma voz que se configura como o outro em comparação ao narrador.

Ainda acerca da literatura de testemunho na América Latina, de acordo com Seligmann-Silva (2005a, p. 87), “ocorre uma convergência entre política e literatura. Dentro de uma perspectiva de luta de classes assume-se esse gênero como o mais apto para „representar os esforços revolucionários’ dos oprimidos”.

Na América Latina, conforme Seligmann-Silva (2005a, p. 87), o conceito de *testimonio* surgiu no início dos anos 1960. A ditadura converteu-se em tema literário e se tornou objeto de muitos escritores, os quais utilizaram a arte para discutir o acontecimento de forma não oficial, proporcionando uma visão dos fatos históricos de outra perspectiva. Como exemplo, tomam-se livros publicados durante a ditadura no Brasil: *Dez histórias imorais* (1967), de Aguinaldo Silva; *Copacabana: posto 6* (1972), de Cassandra Rios; *Feliz Ano Novo* (1975), de Rubem Fonseca; e *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão, entre outras. Muitas dessas obras literárias, juntamente com outras representações artísticas como músicas, filmes, novelas e teatros, foram censuradas durante a ditadura, visto que condenar a liberdade de expressão, opinião e questionamentos é uma característica dos regimes autoritários. Além disso, quando houver o não comprometimento do artista com a história oficial, “o escritor terá a liberdade necessária para construir uma espécie de micro- história, em que é valorizado o diminuto, o pessoal, o cotidiano, o marginal, temas, em geral, desconsiderados pela historiografia oficial” (SELIGMANN- SILVA, 2005a, p. 41).

O *testimonio* é constituído a partir de diferentes gêneros como crônica, autobiografia, confissão, reportagem e ensaio. Dentre os autores considerados do “cânone” do *testimonio*, estão Rigoberta Menchú, Miguel Barnet, Maria Esther Gílio, José Maria Arguedas, Omar Cabezas e Bermejo González. Estudiosos como René Jara e Hernán Vidal, John Beverly e Hugo Achugar, trataram sobre a teoria do *testimonio* em suas investigações a respeito do tema (SELIGMANN- SILVA, 2005a, p. 91). A propósito, nessa temática, o papel da testemunha ganha uma dimensão mais ampla, pois, conforme Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 57),

testemunha não é somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

As cenas de extrema violência apresentadas nos testemunhos têm forte influência sobre a matéria narrada, pois se está lidando com uma situação limite ou, se se quiser, com o trauma.

Segundo Jaime Ginzburg (2001, p. 131), a relação entre o testemunho e o indizível está pautada na concepção de trauma, enquanto categoria tomada da psicanálise, que é “algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar, pelo grau intolerável de dor que a ele se associa”. Essa definição peculiar do trauma faz a crítica rever concepções habituais de representação, memória e narração, em virtude, sobretudo, da matéria narrada (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 73-98). O trauma, numa acepção ampla, define-se como uma ferida na memória, uma dor extrema que corta a vida da vítima em duas metades, descentrando-a e fragmentando-a.

O traumatizado se debate com imagens violentas do passado, e seus relatos são marcados por *flashbacks*, problematização da concepção de sujeito e de identidade, contradições, esquecimentos, relatos fragmentados, oscilação de foco narrativo, problematização das categorias de espaço e de tempo, dentre outras particularidades (BRAUNSTEIN, s. d.).

Como se observa, os estudos acerca dos testemunhos ganharam complexidade, seja na vertente da *Shoah*, seja na vertente do *testimonio*. A despeito de suas diferenças, elas são semelhantes na medida em que problematizam a questão do sujeito, da violência e do trauma. Elas visam, ainda, a denunciar a história de opressão de governos totalitários e/ou autoritários, mantendo acesa a memória do passado, para que certos eventos não se repitam, mas também são importantes para que os autores vejam, no processo de construção de suas histórias e de suas experiências, certa possibilidade de superação ou de reelaboração do trauma sofrido. Nesse sentido, além da complexidade de elaboração de suas definições, as narrativas testemunhais incitam a pensar sobre suas funções.

Para os sobreviventes dos campos de concentração na Europa ou dos porões em que se praticava a tortura durante as ditaduras em países da América Latina, o testemunho se converteu numa necessidade absoluta; ele se tornou uma condição de sobrevivência. Para Seligmann-Silva (2008, p. 66), o testemunho consiste numa necessidade elementar, pois dela depende a sobrevivência daquele que atravessou uma situação radical de violência. Segundo o autor (2008, p. 66), “[n]arrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”.

Que os relatos testemunhais são importantes é possível atestar a partir de depoimentos de várias vítimas. Convém citar alguns exemplos. Primo Levi, ao retornar à Itália, enquanto prisioneiro em Auschwitz-Birkenau, precisou escrever e relatar o que lhe havia acontecido naqueles campos de concentração. As suas principais e mais famosas obras – *É isto um homem?* (1947) e *A trégua* (1963), por exemplo – são frutos de suas experiências nesses campos de extermínio. A primeira relata a luta dos sobreviventes no campo de Monowitz; a segunda conta

como foi a evacuação dos alemães e a agonia das vítimas que ficaram para trás sem expectativas de um regresso ao lar. Paul Celan é outro sobrevivente que expressou sua perplexidade frente aos horrores nazistas por meio de uma poesia fragmentada. Segundo o próprio autor, “[e]screvi poemas, por assim dizer, para me orientar, para explorar onde estava e para onde estava destinado a ir, para mapear a realidade para mim mesmo” (*apud* FELMAN, 2000, p. 38-39). Bruno Bettelheim (1989, p. 25), após ter sido libertado e se mudado para os Estados Unidos, declarou:

A partir do momento em que cheguei a este país, semanas após minha libertação, falei sobre os campos a todos que estivessem dispostos a escutar, e a muitos outros não tão dispostos a isto. Apesar da dor que isto trazia de volta à minha mente, eu o fazia porque tão repleto de experiência que não poderia ser contado. Fiz isto, também, porque estava ansioso para que o maior número possível de pessoas tivesse consciência do que estava se passando na Alemanha nazista, e por um sentimento de dever para com aqueles que ainda sofriam nos campos.

Nos três casos, a necessidade de Levi, Celan e Bettelheim narrarem o que lhes havia acontecido nos campos de concentração sugere o avesso ao silêncio; indica, ainda, uma desmedida, uma hipertensão. Essa incapacidade de silenciar a experiência repousa, na maioria das vezes, no desejo (pessoal) de alcançar uma maior lucidez sobre algum problema incômodo, enfim, propor um sentido para algo fragmentado. No entanto, como lembra Shoshana Felman (2000, p. 15), uma vez que o testemunho não pode ser substituído, repetido ou relatado por outro sem perder sua função como testemunho, “o fardo da testemunha – apesar de seu alinhamento a outras testemunhas – é radicalmente único, não intercambiável e um fardo solitário”. A exemplo do testemunho, que nunca é total, a reintegração da personalidade, tal como foi antes, da mesma forma, torna-se impossível. O sobrevivente sabe que sua vida se tornara tão fragmentada e desconexa, que ele se sente incapaz de juntar seus pedaços novamente. Conforme complemento o próprio Bettelheim, “incapazes de embarcar na tarefa árdua e arriscada de integrar suas personalidades, estes sobreviventes sofrem de uma perturbação psiquiátrica que foi chamada de *síndrome dos sobreviventes aos campos de concentração*” (1989, p. 37).

Segundo Wiesel (1990), é necessário contar para gerações futuras o que aconteceu, tanto em nível individual quanto coletivo, para que os fatos não sejam esquecidos. A experiência vivida, porém, como já se assinalou, não pode ser narrada por uma outra pessoa, e a vítima, devido ao trauma e aos lapsos de memória, não consegue elaborar um relato totalizante, que dê conta do “real” vivido. Ademais, o sobrevivente não pode contar com um plano de referências que lhe dê suporte ao seu relato, já que está abalada a possibilidade de apreender esse “real”. Aliás, qualquer tentativa de apreensão de experiências dessa magnitude dentro de paradigmas realistas implicaria

reduzir o acontecimento a um plano assimilável pelos sentidos, algo que falsearia a realidade e a dimensão do evento. Tudo isso exige revisão de métodos, pois, como destaca Hayden White (1992, p. 52), os “velhos modos de representação se provaram inadequados”. O autor questiona os fundamentos dos paradigmas de representação, mas não sugere que se desista do esforço de representar determinados episódios.

Devido a essa dificuldade de narração de um evento traumático, torna-se importante o papel do ouvinte do relato testemunhal. A vítima que se propõe a relatar a sua experiência precisa perceber que conta com um ouvinte confiável que tenha verdadeiro interesse em ouvir a sua história, livre de julgamentos ou de acusações. Esse ouvinte exerceria uma função primordial e, ao mesmo tempo, única dentro desse processo. De acordo com Dori Laub (1992, p. 57),

O ouvinte da narrativa da extrema dor humana, do trauma psíquico em massa, enfrenta uma situação única. Apesar da presença de documentos amplos, de artefatos abrasadores e de memórias fragmentárias de angústia, ele procura algo que de fato é inexistente; um registro que ainda precisa ser feito⁵.

O ouvinte é espectador de algo que ainda está sendo construído e, assim como o sobrevivente, não sabe qual percurso a narrativa pode tomar nem qual será o resultado. Com isso, Laub assinala alguns aspectos decisivos que cabem ao ouvinte do sobrevivente. Segundo o autor, o ouvinte se torna um participante e um coautor do evento traumático, pois, por meio desse gesto de escuta interessada, é como se ele revivesse o trauma da vítima. O ouvinte, ao interagir com os lamentos ou com os silêncios do sujeito, pode se tornar uma espécie de testemunha do ocorrido. Assim, ele deve respeitar o que é dito ou o que é silenciado pela vítima, de modo que se torne “uma companhia numa viagem para uma terra desconhecida, uma viagem que o sobrevivente não pode atravessar ou retornar sozinho”⁶ (LAUB, 1992, p. 59).

Nesse sentido, o pesquisador adverte que o ouvinte deve ser alguém dotado de habilidades e de conhecimentos específicos para lidar com a situação, pois, se ele não o for, pode haver um retorno ao evento traumático. Laub destaca que o ouvinte deve ser sensível no reconhecimento de pistas deixadas pelo falante sobre seus desejos mais imediatos – falar, calar-se, chorar, etc. – para que a narrativa testemunhal se construa. Além disso, o ouvinte “precisa saber que o sobrevivente do trauma que está testemunhando não tem conhecimento prévio, nem compreensão nem memória

⁵ Tradução nossa do original: “The listener to the narrative of extreme human pain, of massive psychic trauma, faces a unique situation. In spite of the presence of ample documents, of searing artifacts and of fragmentary memoirs of anguish, he comes to looking for something that is in fact nonexistent; a record that has yet to be made”.

⁶ Tradução nossa do original: “a companion in a journey onto an uncharted land, a journey the survivor cannot traverse or return from alone”.

do que aconteceu”⁷ (LAUB, 1992, p. 58). Porém, o início do relato testemunhal coincide com o momento em que os “círculos de associações e reflexões se cruzam, se convergem, e que uma lembrança latente e esquecida pode, de repente, surgir – voltar à vida – estabelecendo um elo adicional na cadeia testemunhal”⁸ (LAUB, 1992, p. 71). Dessa forma, é necessário um investimento efetivo do ouvinte: o de “ser *discretamente presente*, durante todo o testemunho”⁹ (LAUB, 1992, p. 71).

Assim, o sobrevivente testemunha por si mesmo (pelo anseio de traduzir a sua experiência), testemunha pelo outro (em memória daqueles que não tiveram voz), testemunha por justiça (na expectativa de que os culpados sejam punidos) e testemunha pelos fatos históricos que se encontram ocultos (pois a historiografia oficial não dá conta ou não deseja que ocorra o registro dos eventos de extrema violência). A literatura de testemunho assume diferentes funções, devido ao modo distinto de como ela se relaciona com o autor- testemunha e com o passado. Ademais, ela se diferencia da autobiografia e da historiografia, pois, nas palavras de Seligmann-Silva (2005a, p. 79), “apresenta uma outra voz, um ‘canto (ou lamento) paralelo”, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado”.

Ao se traçarem considerações sobre os relatos testemunhais, é comum que se associem às suas definições as suas diversas funções. A proto cena do testemunho pode ser encontrada na Grécia antiga, em comunhão com a cena jurídica, mas é no século XX que o testemunho ganha notoriedade devido ao acúmulo de violência que esse período proporcionou. Regimes políticos autoritários e totalitários fizeram implodir situações de extrema violência, gerando traumas diversos, e fizeram também perceber uma nova visão de ser humano: um ser humano fragilizado, vulnerável, débil, fraco e insignificante. Os testemunhos, narrados por esses indivíduos atingidos direta ou indiretamente pela violência, contribuiriam para a construção de uma nova ética, isto é, um novo ponto de vista para se pensar a humanidade e as relações humanas. Os testemunhos, em virtude do teor de seu conteúdo, convidam, hoje, seus leitores a sentir o que o outro sentiu; eles têm o poder de tocar, de afetar, de causar empatia e de gerar uma compaixão transformadora, fazendo com que se olhe para o passado de forma diferente a fim de se projetar um futuro melhor. Enfim, à medida que eles denunciam uma realidade, eles mobilizam na construção de um mundo novo.

⁷ Tradução nossa do original: “[...] needs to know that the trauma survivor who is bearing witness has no prior knowledge, no comprehension and no memory of what happened”.

⁸ Tradução nossa do original: “[...] circles of associations and reflections intersect, converge, a latent and forgotten memory might suddenly emerge – come back to life – establishing a further link in the testimonial chain”.

⁹ Tradução nossa do original: “[...] to be *unobtrusively present*, throughout the testimony”.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: ArtMed, 1989.
- BRAUNSTEIN, Néstor A. *Sobrevivendo ao trauma*. Trad. Marylink Kupferberg. s. d. Disponível em <<http://nestorbraunstein.com/escritos/index>>. Acesso em: 21. out. 2016.
- CRU, Jean Norton. *Témoins: essai d'analyse et de critique des souvenirs des combattants édités en français de 1915 a 1928*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2006.
- FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. Trad. Cláudia Valladão de Mattos. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 13-71.
- FREUD, Sigmund. Fixação em traumas – o inconsciente. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: conferências introdutórias sobre psicanálise*. Vol. XVI. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 281-308.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, Universidad de Aarhus, n. 30, p. 131-146, 2001.
- GUILLON, Jean-Marie. Jean Norton Cru, littérature et témoignages de la Première Guerre Mondiale. *Cahiers d'Études Germaniques*, France, Provence, n. 66, p. 187-196, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IGEL, Regina. *Imigrantes judeus/ Escritores brasileiros: o componente judaico na literatura brasileira*. São Paulo: Perspectiva; Associação Universitária de Cultura Judaica; Banco Safra, 1997.
- LAUB, Dori. Bearing Witness, or the Vicissitudes of Listening. In: _____ FELMAN, Shoshana (Eds.). *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York/London: Routledge, 1992. p. 57-74.
- MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, n. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur;

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73- 98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 45-58.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. *Arquivo Maaravi*, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, p. 123-135, out. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, literatura, arte e tradução*. 2005a.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, n. 30, p. 71-98, 2005b.

WHITE, Hayden. Historical Emplotment and the Problem of Truth. In: FRIEDLANDER, Saul (Ed.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p. 37-53.

WIESEL, Elie *et al.* *Dimensions of the Holocaust*. Evanston: Northwestern University Press, 1977.

WIESEL, Elie *et al.* For Some Measure of Humility. *Sh'ma: A Journal of Jewish Responsibility*, n. 5, p. 314-316, 31 Oct., 1975.

Como citar este artigo:

CALEGARI, Lizandro Carlos.; HAISKI, V. A. Os relatos testemunhais na Europa e na América Latina: definições e funções. **Revista Narrares** – V.1, N.1, Jan-Jun, 2023, pp. 73-89.